

"O acidente foi falha humana; resolvemos, então, criar um plano de emergência."

Rodolpho Tourinho, ministro das Minas e Energia, sobre o acidente na Repar e o plano que vai identificar pontos críticos em refinarias e dutos, ontem, no Rio de Janeiro

Por um programa de metas sociais



MARCELO
CÔRTE
NERI

Este ensaio propõe a adoção de um sistema de metas sociais para o Brasil. Apresentamos pesquisas originais realizadas por mim junto à Fundação Getúlio Vargas, publicadas na revista "Conjuntura Econômica" da FGV em maio último. À semelhança das metas inflacionárias, as metas sociais buscariam coordenar expectativas e ações da sociedade em torno dos propósitos declarados da esfera pública. O governo comprometeria seus programas com objetivos palpáveis de melhora do bem estar a longo prazo.

A idéia seria colocar a performance social no topo das prioridades nacionais, perseguidas lado a lado com a estabilidade dos preços. O diagnóstico é que os níveis de renda e de gastos sociais observados hoje no Brasil permitem uma melhora sustentável das condições de

vida da população. A obtenção de uma distribuição mais equânime dos recursos depende, por sua vez, de uma abordagem mais focada e agressiva sobre as carências sociais. O papel das metas sociais é disciplinar, justificar e motivar a ação pública.

A redução da pobreza e a melhora de outros indicadores sociais constantes do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas constituiria a base do sistema de metas sociais. Ao conferir peso maior às ações voltadas para os pobres, as metas sociais conciliam o atendimento aos mais necessitados com economias do lado fiscal.

O pobre genuíno é barato. Caro é devotar aos segmentos altos da sociedade que se julgam médios, o grosso dos recursos sociais disponíveis que deveriam se voltar para a classe baixa. A correção desta distorção freqüentemente observada na aplicação de recursos públicos constitui o principal objetivo do sistema de metas sociais proposto.

Por exemplo, o custo mínimo da erradicação da indigência nacional seria R\$ 9,58 mês por brasileiro, o que corres-

ponde aproximadamente a 3,93% da renda nacional segundo a Pnad. O programa perfeito da erradicação da indigência custaria cerca de 18,8% do orçamento social das três esferas de governo, aí incluindo a Previdência Social.

Portanto, o programa é factível dependendo apenas de um bom planejamento. A adoção das metas sociais tornaria o processo de reformas estruturais mais aceitável do ponto de vista político, ao especificar os miseráveis como sendo a destinação prioritária dos recursos fiscais poupados.

Fazendo a analogia com as metas inflacionárias: os governos se vêem constantemente diante do incentivo de produzir surpresas inflacionárias, a fim de "comprar" uma redução transitória do desemprego. Os agentes privados, sejam empresas ou trabalhadores, passam a antecipar estes movimentos no processo de fixação de preços e salários.

A justificativa para a adoção da meta inflacionária é evitar que a população reajuste preços e salários como antecipação a comportamentos oportunistas por parte dos governos. Esta tentação é

especialmente forte em anos eleitorais. Ao assumir o compromisso com as metas inflacionárias, o governo produz o mesmo desemprego, mas com menos inflação e incerteza. "Regras (ou metas) são melhores que discricão."

Agora além de ter sido o recordista mundial de inflação no período 1960-95, o Brasil se encontra hoje próximo do

Ao assumir o compromisso com as metas inflacionárias, o governo produz o mesmo desemprego, mas com menos inflação e incerteza

lugar mais alto do ranking da concentração de renda. As metas sociais visam nortear a ação pública permitindo comparar diretamente os impactos de programas sociais, reformas estruturais e políticas macroeconômicas sobre o bem-estar da população carente. Buscase, dessa forma, aumentar a progressividade e a durabilidade dos benefícios da política social. O alongamento das ações

voltadas para os pobres, dissociadas de ciclos eleitorais e a consecução de maior racionalidade social ao debate constituem, os dois produtos principais do sistema proposto.

É sintomático que as melhores práticas sociais são gestadas e paridas em municípios ricos, por exemplo, a Favela Bairro, do Rio. Caberia ao governo federal coordenar e financiar a difusão das boas práticas nos bolsões de pobreza.

A quantificação desagregada em nível municipal é fundamental no processo, pois a unidade administrativa natural para o repasse de recursos são os municípios. Os municípios são o fórum privilegiado tanto no que se refere à identificação dos pobres, como na implantação de políticas de assistência social e, na verdade, nada impede que municípios, Estados ou regiões tracem o seu próprio sistema de metas sociais.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia pela Universidade de Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve regularmente neste espaço para o Valor. E-mail: mcneri@fgv.